

A CRIMINOLOGIA NA AMÉRICA LATINA

CRIMINOLOGY IN LATIN AMERICA

Jaqueline de Kassia Ribeiro de Paiva

Possui graduação em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (1999). Atualmente titular da cadeira de Direito Penal do curso de Direito do Centro Universitário UnirG e Unitins. Advogada militante desde 2000, sócia fundadora do escritório Ribeiro e Pereira Advogadas Associadas. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Ambiental e Criminal, atuando principalmente no seguinte tema: Direitos Humanos e aspectos criminais. Facilitadora de Justiça Restaurativa. Experiência em gestão acadêmica enquanto assessora da Reitoria, e Coordenação do Curso. Mestre em Gestão de Políticas Públicas, na Universidade Federal do Tocantins. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidad del Museo Social Argentino - UMSA. Endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/6120840749623819>. E-mail: jakpaiva1@hotmail.com.

Lina Maria Gonçalves

Doutora em Educação: currículo (CED) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Mestre em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD), também pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Graduada em Pedagogia pelo Instituto Católico de Minas Gerais (1995). Atualmente é Professora Colaboradora no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL-UFT). Endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/3279517809220564>. E-mail: lina.mg@uft.edu.br.

RESUMO

De acordo com o pensamento social moderno, a criminologia estuda os crimes em seu cenário causal, tratando não apenas do delituoso, mas das razões pessoais e sociais que o levam a praticar tal crime. Com base nesse conceito, o presente trabalho, analisa a evolução do pensamento criminológico na América Latina. Desenvolve-se a partir de revisão bibliográfica, e explicita as influências europeias e norte-americanas na construção do modelo punitivo adotado nos países latino americanos, destacando a Argentina e o Brasil. Os dois países, seguindo o modelo da América Latina, importaram modelos de pensamento europeu e norte americano, calcados no punitivismo e na filosofia positivista, ignorando a realidade local, o que resultou no aumento de conflitos e consequentemente novos delitos.

Palavras-chave: Criminalidade, Enfoque europeísta, Brasil, Argentina.

ABSTRACT

According to modern social thinking, criminology studies crimes in their causal setting, addressing not only the criminal but the personal and social reasons that lead



him to commit such a crime. Based on this concept, the present paper analyzes the evolution of criminological thinking in Latin America. It develops from a bibliographic review, and explains the European and North American influences in the construction of the punitive model adopted in Latin American countries, highlighting Argentina and Brazil. The two countries, following the model of Latin America, imported models of European and North American thinking, based on punitivism, and positivist philosophy, ignoring their local reality, which resulted in increased conflicts and consequently new crimes.

Keywords: Crime, European approach, Brazil, Argentina.

Introdução

O Direito é, acima de tudo, uma ciência social e o estudo do crime sempre esteve presente nos estudos jurídicos. Sendo o crime oriundo basicamente das relações entre os indivíduos, sempre foi objeto principal do Direito Penal. Paralelamente, encontra-se a Criminologia, que possui foco mais subjetivo e interdisciplinar ao analisar a vítima, além do infrator e do seu crime.

Ou seja, a Criminologia vai além do estudo da criminalidade. Ela estuda os crimes em seu cenário causal, tratando não apenas do delituoso, mas das razões pessoais e sociais que o levam a praticar tal crime. Também estuda os efeitos posteriores à efetivação do crime, além de analisar o papel da vítima. Na América Latina, a criminologia surgiu tendo como base os ensinamentos do pensamento europeu.

Tendo em vista tais esclarecimentos, o presente trabalho tem por finalidade analisar a evolução do pensamento criminológico na América Latina, como base da construção do modelo punitivo adotado nos países latino americanos. A partir da análise bibliográfica analisa as influências europeias na configuração da criminologia, especialmente na Argentina e Brasil.

Pensamento social moderno e o pensamento criminológico na América Latina

De acordo com Quinta e Ciacchi (2016, p. 59) “o pensamento social moderno está ancorado num conjunto de características, que foram desenvolvidas a partir do enfoque europeísta: a noção de modernidade”. Uma perspectiva, portanto, eurocêntrica, determinada a partir da relação que a Europa manteve com o restante do mundo, durante séculos, principalmente depois da “descoberta” da América. Nos dizeres de Quijano (2005, p. 18) “o colonialismo europeu e a classificação das

populações em raças construiu um universo simbólico a imprimir um padrão de poder, onde o centro do mundo era a Europa”.

A identidade da América Latina se deu, então, por meio da Europa. “Em nosso subdesenvolvimento, ou desenvolvimento, a relação de causa e efeito com as potências globais, ou a menos sua influência global, é demasiado evidente e não há como negá-la” (ELBERT, 2010, p. 106-107).

Talvez justificado pelo seu descobrimento tardio, a história da América Latina passa a impressão de que sempre esteve atrás da história da Europa, uma vez que esse continente sempre liderou os descobrimentos e as inovações, sociais, políticas, tecnológicas, culturais e, principalmente, jurídicas. Somente após esses avanços ocorridos na Europa é que se chegava em solo latino-americano. Com o Direito não foi diferente:

Não é por demais relevante lembrar que, na América Latina, tanto a cultura jurídica imposta pelas metrópoles ao longo do período colonial, quanto as instituições jurídicas formadas após o processo de independência (tribunais, codificações e constituições) derivam da tradição legal europeia (WOLKMER, 2011, p. 146).

Analisando de outro modo, independente da forma de institucionalização dos países da América Latina (se colonizados ou independentes), raramente foi criada uma tradição jurídica própria, “mas sim houve a implantação, pelas metrópoles, de sua cultura jurídica, importada para o continente americano diretamente da tradição jurídica europeia” (LIMA; SILVA, 2016, p. 134).

Nas palavras de Angriman (2017, p. 170): “Se pierde de vista que, el nivel de conflictividad de una sociedad, depende del resultado de las políticas públicas básicas, y que el último recurso es la política criminal porque es la herramienta violenta por definición”.

Acerca da tomada de decisões jurídicas influenciadas pela Europa, na América Latina, cumpre destacar as críticas de Guerrero (1996, p.107)

Se constatan em lãs diversas codificaciones penales influencias francesas, italianas, bávaras, belgas, suizas, prusianas, austríacas, así como también La legislación inglesa que se aplicaba em los países colonizados por Inglaterra. Se partió Del contrasentido de adoptar legislaciones obsoletas em Europa, de raigambre monárquica y totalitaria, opuestas a lãs declaraciones de principios de La legislación liberal que se consagraba em lãs constituciones. La importación de instituciones y leyes género La ilusión de que lãs repúblicas nacies eran um crisol de naciones comprometidas com um proyecto común interno y externo, lo que resulto totalmente falaz

Essa dependência da Europa também recaiu sobre a Criminologia, na América Latina. Suas escolas criminológicas influenciaram os mecanismos jurídicos de países latinos americanos, tais como o Chile, a Bolívia, o Peru, a Argentina, o Brasil, dentre outros.

Portanto, o surgimento da Criminologia na América Latina se deu pelos ensinamentos propagados na Europa. Tanto é que, “os países latino-americanos foram os primeiros países periféricos que se dispuseram a aceitar as propostas criminológicas europeias, enviando representantes a participar das assembleias internacionais sobre o tema” (DEL OLMO, 2004, p. 159).

O capitalismo dependente dos países latino-americanos fez com que pouco se tivesse de uma ciência com identidade própria. Além disso, dá-se mais prestígio aos estudos de autores estrangeiros, cuja criação das políticas internas se baseiam no conhecimento produzido em países europeus. Por isso, ocorre grande participação de emissários de países latino-americanos nos Congressos e Seminários europeus (LIMA; SILVA, 2016).

Esse fato, também, foi resultado de um bom momento em que a América Latina passava, tanto que os primeiros países, não industriais, a adentrar no cenário das discussões sobre o controle social, por meio da Criminologia, são latino-americanos (DEL OLMO, 2004). Portanto, pode-se afirmar que

não existe uma criminologia latino-americana, mas uma transnacionalização do saber criminológico (e, portanto, do controle social), de acordo com os modelos impostos pelos centros de poder localizados nos chamados países centrais, dos quais as sociedades científicas internacionais seriam os instrumentos de ordem e penetração (CASTRO, 2005, p. 20).

Entretanto, cabe destacar que nem todos os países da América Latina se unificaram pela Criminologia europeia. Países como o Brasil, o Chile, o México e a Argentina foram os primeiros latino-americanos a tomarem parte nas Assembleias. Entretanto, uma vez instaladas as discussões criminológicas ocorridas na Europa, os países da América Latina acabaram por pegar as ideias do liberalismo, do racionalismo e do positivismo.

Com base nessas ideias, a América Latina fez para si uma nova forma de pensar, que se denominou em escolasticismo cientificista, segundo o qual “os fatos eram acreditados sem carecer de verificação experimental, bastando, para tanto, que fossem afirmados por alguém de relevo, e as consequências de tais fatos seriam aceitas sem discussão” (DEL OLMO, 2004, p. 160). Indo além, “por certo, para responder as necessidades locais, compatibilizavam-se as velhas estruturas agrárias e etilistas com

o surto eclético e com as adesões às novas correntes europeias” (WOLKMER, 2011, p. 146).

Para Lima e Silva (2016, p. 137) isso representa dizer que “as ideologias incorporadas o foram de forma deturpada, numa inócua tentativa de adaptar tais formulações alienígenas ao contexto social latino-americano”. Ou seja, as ideias sobre Criminologia, propagadas na Europa, não foram de fato adaptadas de forma correta na América Latina. Em decorrência, aconteceram enormes conflitos políticos e sociais nos países latino-americanos.

Como observa Castro (2005, p. 52) “a imitação, frequentemente fora de contexto, é a base de todas as iniciativas reformistas”. Têm-se como exemplo, as ideias positivistas, criadas por Garófalo (1885) e Lombroso (1876). Tais ideias eram inquestionáveis para os latino-americanos, que se esqueceram de interpretá-las tomando em conta a realidade europeia em que foram elaboradas, com destino a uma delinquência totalmente diferente dos países latino-americanos (SILVA; LIMA, 2016).

Os países industriais serviram como modelo aos países da América Latina, tanto no campo da prevenção quanto da repressão ao delito. Entretanto, os criminosos dos países latinos apresentavam problemas próprios, de acordo com sua realidade local e era preciso buscar solução que se assemelhasse com as necessidades da época. Em vista disso, “buscou-se, implantar na América Latina o modelo das prisões e casas de correção europeias e americanas” (DEL OLMO, 2004, p. 166).

Na Europa do século XIX, o cárcere se afigura como uma instituição permanente e progressivamente dominante na prática do punitivismo de então. A existência de problemas no sistema carcerário europeu faz com que exsurja a necessidade de uma reforma deste, e os olhos dos reformadores se voltam para a experiência carcerária norte-americana. Nos Estados Unidos, de seu turno, desde o fim do século anterior, a atenção, no sistema penitenciário, havia sido voltada para um tipo de instituição carcerária, e do regime de isolamento celular contínuo, dia e noite, típico da concepção calvinista baseada numa ética de trabalho completamente espiritual (...) e que não concedia nada ao trabalho produtivo (MELOSSI; PAVARINI, 2006, p. 93).

Foi essa realidade carcerária importada para a América Latina. Exemplos disso ocorrem, por exemplo, no Rio de Janeiro em 1834 com a criação de uma Casa de Correção e em Buenos Aires, em 1848, onde fora criada uma Casa de Correção de Mulheres e a Casa-Cárcere. De acordo com Del Olmo (2004, p. 168) “a preocupação com a questão penitenciária posteriormente é reforçada por um empenho para a classificação da população delinquente, a fim de incorporá-la ao sistema, em clara manifestação do positivismo criminológico”.

Esses fatos contribuíram para que as classes dominantes se mantivessem no poder, resultando na exclusão social das classes menos privilegiadas, problema que se afigura até os dias atuais.

Nas sociedades mais desfavorecidas pela globalização, como as latino-americanas, a exclusão social constitui o principal problema, pois não costuma ser controlada pela repressão direta, mas sim neutralizada, o que aprofunda as contradições internas. A mensagem vindicativa é funcional para reproduzir conflitos entre excluídos, pois os criminalizados, os vitimizados e os policizados são recrutados neste segmento, ocorrendo uma relação inversa entre a violência dos conflitos entre eles e a capacidade de coalizão e protagonismo desses mesmos atores (ZAFFARONI, 2007, p. 72).

A questão penitenciária foi sendo instaurada, cada vez mais, nos países latino-americanos, particularizando-se em cada sociedade. No entanto, o modelo seguido permaneceu sendo o “do estrangeiro”, visto ser desnecessário criar algo novo, quando já existia um modelo que funcionava na realidade europeia ou norte-americana (LIMA; SILVA, 2016). Como consequência, “as penitenciárias tiveram a finalidade precípua de segregação e os problemas, que a reforma propunha resolver, persistiram e persistem até os dias atuais” (DEL OLMO, 2004, p. 168).

No entanto, cabe frisar que o sistema penitenciário não foi a única forma de sanção penal, importada pelos países latino-americanos, de sistemas estrangeiros. Com algumas adaptações, também foi adotado “o sistema de deportação ou transporte penal ou preventiva, que preconizava o estilo do delinquente como forma de punição ou prevenção, com a utilização de ilhas ou selvas como destinação final” (ELBERT, 2010, p. 211).

Outra questão importada foi a codificação. No momento em que se elaboram os Códigos, a cultura jurídica importada é a europeia, em especial, a espanhola, como ocorreu com o Código Penal de *El Salvador* de 1826. Cabe ressaltar que, no âmbito legislativo, a escola penal é a clássica e não a positivista.

(...) a legislação penal latino-americana apresenta condicionamentos deformadores que temos delineado: a origem estranha dos institutos que não levaram em conta a realidade local, a cópia desafortunada de legislações obsoletas e inadequadas para sistemas republicanos, o desconhecimento das etnias e culturas locais, a difusão de instituições positivistas e uma evidente falta de investigação e programação nas políticas criminais que, na América Latina, têm sido, em geral, reflexo direto da política do setor governamental (ELBERT, 2010, p. 211).

Uma das consequências da influência dos europeus e norte-americanos ao pensamento latino-americano é o inegável complexo de inferioridade, que este último

possui em relação aos demais. Não resta dúvida de que “até o dia de hoje, todo o conhecimento, serviço ou produto, proveniente dos países centrais, é reconhecido como de qualidade superior” (ELBERT, 2010, p. 24).

A adoção de determinadas ideologias estrangeiras pelas classes dominantes dos países subdesenvolvidos cumpre basicamente duas principais funções: a) em primeiro lugar, levantar toda uma superestrutura que legitime sua relação de classe dominante local com o centro dominante internacional; b) na ordem interna, legitimar sua própria posição dominante ao operar como instrumento de dominação e meio de distinção relativamente às classes e grupos subordinados (DEL OLMO, 2004, p. 162).

No fim das décadas do século XIX, acabando as guerras civis, até então existentes, a América Latina importou de vez o positivismo estrangeiro. A partir daí, como já citado anteriormente, as ideias das escolas penais adentraram em definitivo nesse território. Dois países, em especial, trazem com mais afinco os ensinamentos europeus e norte-americanos: o Brasil e a Argentina, como se destaca a seguir.

Criminologia na Argentina

Como ocorreu na América Latina, a Argentina foi um dos países mais influenciados pelo pensamento europeu e norte-americano. Muitos são os exemplos de que o país foi fortemente domado pelos costumes, cultura, língua, política e, principalmente, na área jurídica, pelos países europeus.

O primeiro exemplo dessa influência se deu pela arquitetura. Nos fins do século XIX e início do século XX, a Argentina teve grande desenvolvimento, sendo criadas linhas férreas, portos, edifícios públicos, rodovias, fábricas e hidrelétricas, todas as inovações importadas da Europa. Consequentemente os espaços urbanos começaram a ficar caóticos devido ao aumento de inovações e de população.

Como descrevem Quinta e Ciacchi (2016, p. 59) “o processo de urbanização e industrialização ocorrido em Buenos Aires vinha acompanhado com o positivismo europeu ressignificado na Argentina”. A escola positivista foi inserida na Argentina de maneira bastante expressiva, dando bastante destaque aos estudos das Ciências Sociais, da Biologia e da Psicologia às quais foram aplicadas utilizando uma perspectiva evolucionista.

Curiosamente foi por conta de uma epidemia de febre amarela ocorrida em Buenos Aires ainda no século XIX que o positivismo ganhou espaço. Em Buenos Aires, um grupo de especialistas, os médicos, criaram um órgão de expressão e de intelectuais orgânicos, fundado em 1871 e 1873. Também foi instaurada a ‘Revista

Policial' e a 'Revista Criminal' pelo qual se guiava a "divisa positivista de 'ordem e progresso', e se preocupava com o problema dos perigos da sociedade" (ANITUA, 2008, p. 331).

El positivismo constituyó en Argentina una etapa cultural cuyas proyecciones se hicieron sentir en todos los campos del espíritu. El fenómeno europeo se presentó en este país en estrecho acuerdo con caracteres propios de su realidad política-social. Son precisamente las particularidades de la historia socio-política y las condiciones especiales del desarrollo de la ciencia argentina las que permiten hablar de unas modalidades propias y de una orientación del positivismo argentino diferente al europeo (CODES, 1988, p. 199).

A concepção de 'ordem e progresso' não era consagrada somente pela elite dominante argentina, mas também por outras classes latino-americanas em geral, que assumiram os preceitos da ideologia liberal e da filosofia positivista. A sociedade argentina acreditava que essa filosofia era a melhor forma de alcançar a 'ordem', que era considerada imprescindível para a consolidação do capitalismo como modo de produção típico do continente (LIMA; SILVA, 2016).

A ordem é a condição fundamental do progresso e todo progresso tende a consolidar a ordem, diria Comte. "Ordem e progresso" são indissociáveis como lema positivista (o mesmo que as classes dirigentes liberais latino-americanas utilizavam, e que persiste na bandeira do Brasil desde a proclamação da República federativa, em 1889; [...]). O mesmo lema indica que o progresso é meramente o aspecto dinâmico da ordem, que só é possível dentro de uma estabilidade harmoniosa, ou aspecto estático do progresso. A ordem, a harmonia e o consenso são os que permitem a submissão do múltiplo ao único. E esse único que pode ser entendido – enquanto ordem natural das coisas – e que tem capacidade de progredir – como evolução natural – é a sociedade, sempre e quando guiada por métodos científicos (ANITUA, 2008, p. 289).

Em 1888, surgiu na Argentina a Sociedade de Antropologia Jurídica, que objetivava em estudar cientificamente a criminalidade. Essa sociedade argentina, foi considerada inclusive, pelos próprios positivistas italianos, a primeira sociedade científica formada no mundo com o objetivo de estudar a criminalidade (LIMA; SILVA, 2016). Autores como Luis Maria Drago, José Ingenieros, Rodolfo Rivarola, Manuel T. Podestá, conforme argumenta Peixoto (2002), foram os estudiosos da ciência criminológica, buscando promover a escola positiva, com um interesse expresso na criminologia.

Segundo Peixoto (2002), Drago em sua obra "Os Homens de Presa", de 1888, afirma que a criminalidade advém de forma degenerativa e hereditária. Peixoto (2002)

esclarece, ainda que Drago propôs, para os criminosos de ocasião, o ‘tratamento corretivo’. Para os delinquentes incorrigíveis ele propôs a ‘eliminação parcial’ em forma de reclusão, ou, “em alguns casos, até mesmo a pena capital, único meio que reputava verdadeiramente eficaz a garantir a sociedade contra as transgressões” (DRAGO *apud* ANITUA, 2008, p. 333).

Os intelectuais da Sociedade de Antropologia Jurídica tentaram criar um projeto de nação com base nos ideais positivistas, seja pela ótica filosófica ou pela científica. Cabe registrar, que durante esse período a Argentina se constituiu como um Estado nacional, que tinha um poder centralizado exercido pelo militar Julio Argentino Roca, que inclusive federalizou a cidade de Buenos Aires.

Complementando:

A sustentação da antropologia criminal da época residia nas ideias evolucionistas e raciais, tipicamente positivistas, que tinham por fito salientar que os problemas enfrentados pelos países latino-americanos não derivavam de contradições locais, tampouco do modo de produção capitalista, mas eram produto de características individuais de “resistentes” à ordem, tese que se coadunava de sobremaneira com a realidade de países formados por variados grupos raciais. Difundiu-se, pois, uma criminologia racista, disseminando uma cultura da inferioridade daqueles que não descendiam da raça branca, tornando o indígena e o negro os primeiros delinquentes latino-americanos, e colocando os brancos como os únicos capazes de concretizar a máxima do progresso da filosofia positivista (DEL OLMO, 2004, p. 173-175).

Além disso, esse projeto também envolveu as políticas imigratórias que tencionavam atrair estrangeiros europeus para as terras argentinas. De fato, essa imigração ocorreu, tonificando a engrenagem do desenvolvimento industrial instituída por Roca. Essa nova concepção de atrair imigrantes europeus fez com que a Argentina entrasse em profundo conflito social, uma vez que já instalada a criminologia racista somou-se ainda a questão imigratória. Sobre esse aspecto, cita-se:

O processo de industrialização e urbanização, juntamente com a vinda de imigrantes italianos, espanhóis e de outros países, correspondendo a cerca de 80% da população da cidade no final do século XIX, promoveu modificações culturais em Buenos Aires. Isso desaguou em um profundo movimento que se operou nas distintas camadas da sociedade. Em decorrência dessas transformações, houve a conformação de uma incipiente classe operária que passa a trabalhar em fábricas, oficinas e no setor de serviços (QUIJANO, 2005, p. 88).

Com a entrada desses indivíduos nos grandes centros da Argentina trouxe uma disparidade social, onde houve uma promoção econômica de uma parcela de

trabalhadores quanto se excluía uma porção significativa. Não havendo uma conciliação entre o capital e o trabalho e também a presença do Estado acabou por resultar no “surgimento da classe operária bonaerense e de suas manifestações ideológicas de um lado; enquanto, de outro lado, os patrões e o Estado geravam confrontações entre os grupos dominantes e a classe trabalhadora” (QUINTA; CIACCHI, 2016, p. 64).

Esses conflitos também foram base para o estudo da relação entre criminologia, o racismo e as diferenças sociais. Por muito tempo se pensou que o indivíduo criminoso era quase exclusivamente formado por uma raça não ariana. Com os conflitos ocorrendo na Argentina nesse período, essa ideia foi abortada. O foco passou então no estudo da suposta periculosidade do agente, de maneira que “delinquente e psicopata se tornariam sinônimos na América Latina (...) com muito mais força que na Europa” (CASTRO, 2005, p. 74).

De qualquer forma, o positivismo argentino, independentemente de ser baseado no racismo ou na noção de periculosidade, “buscava de fato, a explicação da criminalidade na ‘diversidade’, ou anomalia dos autores dos comportamentos criminalizados” (BARATTA, 2011, p. 39). Apesar disso, o pensamento positivista criminológico não foi suficiente para solucionar os problemas sociais latino-americanos, principalmente na Argentina. A influência europeia que ditava como uma sociedade deveria ser fez com que a Argentina adotasse modelos estrangeiros sem observar a sua realidade local. Isso resultou no aumento de conflitos e consequentemente em novos delitos.

A Argentina com rasgos de modernidade para os preceitos capitalistas e eurocentristas conflagrou-se como um país que implementava uma urbanização e industrialização, que somada à vinda dos imigrantes europeus, imprimia a tentativa de homogeneizar uma nação heterogênea e nada representativa de uma realidade nacional. Esse mesmo país tinha se tornado independente à custa de extrema concentração de terras e acabou por constituir-se num Estado republicano oligárquico. A política que vinha sendo gestada pelo Presidente militar, Julio Argentino Roca, enquadrava-se no discurso institucional de pátria moderna e civilizada. Porém, a tentativa de embranquecimento da população com a vinda de europeus deixa claro o quanto os ideais positivistas instrumentalizaram a política nacional e foram um fator promocional dos processos de construção de um Estado-nação alicerçado no modelo eurocêntrico de conhecimento (QUINTA; CIACCHI, 2016, p. 65).

De todo modo, a antropologia criminal da Argentina ajudou a América Latina a entender melhor a criminologia, tanto é que os institutos de criminologia argentinos foram os responsáveis pela maior parte dos estudos criminológicos da América Latina.

Em sua grande maioria, esses estudos partiam das penitenciárias. O mais relevante estudo de Criminologia nos primeiros anos do século XX foi feito no Instituto de Criminologia da Penitenciária de Buenos Aires, inaugurado em 1907. Nessa penitenciária, foram elaborados diversos estudos, além de contribuir para a “difusão da ideia da necessidade de uma criminologia clínica, bem como da noção de criminoso enquanto psicopata” (DEL OLMO, 2004, p. 182).

Dentro desse contexto, houve durante as primeiras décadas do século XX, um aumento da criminalidade na Argentina. Impulsionada pelas diferenças sociais já presentes e pelos diversos conflitos políticos, o País entrou em um colapso, onde todos os problemas se instauraram (DEL OLMO, 2004). Por conta disso, o crescimento dos delitos foi aumentando, bem como o seu estudo. A análise do delinquente foi ganhando cada vez mais espaço, sendo auxiliado por outras ciências como a Biologia, a Psicologia, ciências estas que sempre estiveram presentes no Direito Penal.

Insta colocar aqui neste ponto, um resumo geral da criminologia na América Latina:

No começo, acolheram-se os ensinamentos de antropologia criminal surgida na Itália, mas as características próprias de nossas sociedades dependentes e subdesenvolvidas, bem como as necessidades de nossas classes dominantes, foram deformando essa antropologia criminal, institucionalizando aquilo que fosse útil e descartando o que não correspondesse à sua racionalidade histórica. Esta situação perdurou até nossos dias, o que explica, em parte que a criminologia não tenha sofrido na América Latina as mesmas mudanças que nos países desenvolvidos, e que predomine uma forte resistência em relação às novas concepções do problema do delito, afastadas do estudo etiológico do indivíduo delinquente. Na América Latina – salvo poucas exceções – a criminologia continua sendo considerada na atualidade uma ciência causal explicativa que estuda o delito através da personalidade do delinquente (DEL OLMO, 2004, p. 194).

A criminologia da América Latina bem como a da Argentina se limita, nos dias atuais ao saber criminológico estrangeiro. Ainda que já se tenha passado muito tempo desde a instauração dos estudos da Criminologia na América Latina, este continente ainda sofre influência dos ensinamentos e ideias da Europa e Estados Unidos. Em contrapartida, há alguns autores que encontram no tempo atual uma nova forma de se estudar a criminologia. Lola Aniyar de Castro (2005) defende a existência de uma Criminologia da Libertação. Com raízes na Argentina nos anos 70, essa nova concepção de Criminologia trouxe uma nova roupagem aos doutrinadores latino-americanos, onde “os organismos internacionais deram-se conta que os latino-americanos poderiam ter um pensamento crítico e questionador” (DEL OLMO, 2004, p. 248).

De acordo com Lima e Silva (2016, p. 152) “a Criminologia da Libertação tem a função de exercer o papel de crítica do controle social na América Latina nos moldes em que então era conhecido”. Para Martins (2014, p. 118) “não trata apenas de uma criminologia crítica, mas de uma crítica permanente à criminologia”. Importante ressaltar que o que dá a uma criminologia um caráter de crítica é a sua adoção de pautas metodológicas determinadas. Explicando melhor:

O método a ser utilizado deriva do método histórico-dialético, e se compõe de oito elementos que a autora elenca como sendo: a história constituinte e o histórico constituído; a busca da essência por trás da aparência, a dialética, as contradições; a totalidade; a análise do real, em vez da metafísica; a autorreflexividade; a compreensão intuitiva um compromisso permanente com a emancipação e com a realização dos planos de todos os homens; a vontade de não formalizar-se, e; a necessidade de ser uma prática teórica transformadora (CASTRO, 2005, p. 63).

Diante disso, deve a Criminologia da Libertação “estudar e denunciar as situações referentes ao paradigma do controle social latino-americano, assinalar o papel legitimador exercido pela criminologia tradicional e elaborar novas estratégias para o controle social na América Latina” (LIMA; SILVA, 2016, p. 152).

Nos dizeres de Martins (2014, p. 120) “a intenção é de erradicar a ideologia positivista, e toda e qualquer ideologia que vise transformar o delito em uma simples questão de ordem pública”. E completa Castro (2005, p. 63) “finalmente, ela nos deve permitir fazer, diante da velha criminologia da repressão, uma criminologia da libertação”. O uso da palavra “libertação” neste caso se refere ao sentido de libertar a criminologia das ideias repressoras que vinha dominando a América Latina e consequentemente, a Argentina.

Finalmente, libertação de que?

Libertação das estruturas exploradoras; especialmente, mas não exclusivamente, através de uma libertação da ocultação das relações de poder e do funcionamento mascarado dos interesses. Libertação do discurso educativo, religioso, artístico, jurídico e criminológico, vinculados àquelas relações de poder. Libertação da razão tecnológica que contrabandeia para nossos países um conceito artificial de desenvolvimento (CASTRO, 2005, p. 110).

Martins (2014, p. 121) explica que o objetivo da Criminologia da Libertação “é o de possibilitar a pesquisa do controle social na América latina, sob um viés crítico”. Onde se deve levar em “consideração o paradigma da dependência latino-americana com relação aos países centrais, a fim de possibilitar uma libertação dos meios de controle social importados da realidade extracontinental que não se coaduna com as

necessidades dos países latino-americanos” (MARTINS, 2014, p. 121). Ainda que atualmente a Argentina tenha o seu pensamento jurídico acerca da Criminologia amparado nos ensinamentos europeus, vê-se que há uma comunidade jurídica abrindo os horizontes para um novo pensar sobre o delito e o delinquente.

Uma contribuição singular na criminologia latino-americana vem do trabalho de Eugenio Raúl Zaffaroni, que recebeu o Prêmio de Estocolmo em Criminologia 2009. O já mencionado jurista e criminologista investigou em profundidade o nexo entre o modelo inquisitorial e as formas de construção de inimigos no direito penal moderno. Zaffaroni ensina, junto com Alagia e Slokar que, apesar de a primeira emergência inquisitiva europeia ter procurado reforçar brutalmente a verticalidade, reprimindo toda dissidência ideológica sob o apelido de "herege", mais tarde estabilizou um discurso mais abrangente destinado a controlar a metade das espécies: mulheres.

E esta emergência, foi consolidada usando o *Malleus Maleficarum* em 1487. Seus autores, os monges beneditinos Heinrich Kramer e James Sprenger, tentaram instalar a idéia de que a superstição é encontrada em primeiro lugar nas mulheres. O *Malleus*, é considerado como "... o trabalho teórico fundacional do discurso legitimador do poder punitivo no estágio de sua consolidação definitiva, pois constitui o primeiro modelo integrado de criminologia e criminologia com direito penal e processo penal ..." (ZAFFARONI, 2007, p.20), que antecipa um modelo de controle social recorrente nos séculos posteriores que se manifesta hoje.

Criminologia no Brasil

A Criminologia no Brasil se inicia no fim do século XIX, tendo João Vieira de Araújo (1844 – 1922) como o principal precursor das ideias sobre criminologia expostas por Lombroso (1896), o qual também influenciou o pensamento Argentino. Em contrapartida, Lombroso teve opositores ao seu pensamento no Brasil. O mais reconhecido fora Tobias Barreto (1839 – 1889), que entendeu que “pelos princípios dados por Lombroso, seria preciso recolher ao hospital a humanidade inteira” (OSHIMA, 2012, p. 11). Sobre o criminoso, o mesmo autor descreve:

O criminoso é fato natural sujeito a outras leis que não as leis de liberdade e o homem é todo feito à imagem, não de Deus, porém da natureza. Pregou a reforma do homem pelo homem mesmo, acrescentando que não se corrige o homem, matando-o ou aviltando (ARAÚJO JÚNIOR; LIRA, 1990, p. 80).

Ambos os autores instituíram a Criminologia no Brasil, cada um ao seu modo. Apesar disso, é existente na doutrina uma divergência de quem de fato foi o precursor

da Criminologia em terras brasileiras, a esse respeito, Alvarez (2002) afirma que alguns consideram João Vieira de Araújo, professor da Faculdade de Direito do Recife, como o primeiro intelectual a utilizar, em suas aulas, os princípios da criminologia e a propor uma reformulação do código penal brasileiro. Explica, ainda que outros atribuem a Tobias Barreto o pioneirismo, em razão aos estudos sobre as categorias de responsabilidade penal.

Assim, de uma forma ou de outra, a criminologia foi trazida, para o Brasil, por uma gama variada de intelectuais, que contribuíram para consolidar no país não apenas ideias, mas institutos que viabilizassem seus discursos e práticas, como o Instituto Disciplinar para Menores Abandonados e Delinquentes (1902) e o Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia Civil do Distrito Federal (1902), que, em 1941, receberia o nome de Instituto de Identificação Félix Pacheco.

Em resumo, foi através das ideias de Lombroso e seus interlocutores brasileiros, que a criminologia, como doutrina de convergência entre a medicina e o direito, abriu espaço para a análise do “indivíduo criminoso”, sua classificação e sua identificação. Assim:

[...] o diálogo que se estabeleceu na época entre saber médico e jurídico, não só porque os médicos estão bastante envolvidos nos debates a respeito das questões jurídicas penais, mas também porque a criminologia representou efetivamente um espaço de convergência entre saber médico e saber jurídico ao longo de toda a Primeira República, mesmo que com isso não tenham sido eliminados os pontos de tensão e conflito existentes entre essas duas categorias profissionais (ALVAREZ, 1996 *apud* TERRA, 2010, p. 30).

Numa concepção mais aprofundada nas raízes da Criminologia no Brasil, é necessário destacar:

O conceito de criminoso nato, trazido pela criminologia, portanto, sofisticava a ideia de um indivíduo condizente, anatomicamente, à criminalidade, à marginalidade e ao banditismo. Os indivíduos passavam a ser julgados não mais pelos seus atos transgressores à lei e à ordem instituída, mas por suas condições anatômicas e por sua suposta imaturidade intelectual. A partir de sua prática e do seu discurso, a criminologia identificava aquele com potencialidades para a desordem e para a degeneração, no intuito de adestrar e controlar o corpo e a “alma criminoso”. Àqueles com “alma criminoso” competiria uma penalização distinta, de acordo com suas particularidades raciais, históricas e geográficas, não podendo a igualdade jurídica sobrepor-se às suas condições biológicas e hereditárias. Os desdobramentos da criminologia avançavam sobre o Brasil, destinados a consolidar uma espécie de micropoder disciplinar sobre os considerados socialmente perigosos, invadindo materialmente a realidade dos indivíduos (MENDES, 2011, p. 12).

Além dos autores já citados anteriormente, outros também discorriam acerca da Criminologia em campo pátrio. Tem-se inicialmente como exemplo, Silvio Romero (1851 – 1914), que estudou os tipos étnicos, os caracteres das coletividades, a alma dos grupos, as índoles individuais, moldadas nos vícios ambientais, os e os vincos deixados nos espíritos pela atmosfera social. Em seu entendimento o ‘bem’ é como:

[...] uma flor do cérebro do próprio homem; a fisiologia é a alma da psicologia; o homem tem afeição do meio que habita pela tirania dos fatos exteriores; há uma espécie de paralisia moral ou intelectual determinada pela ignorância, os criminosos saem das prisões três vezes piores; assim como há ideias com a cor da bÍlis, existem atos com a cor do sangue; o homem é o que ele come (LYRA; ARAÚJO JÚNIOR, 1990, p. 80).

Já para Clóvis Beviláqua (1859 – 1944), que publicou, em 1896, a primeira obra sobre criminologia, com o título “Criminologia e Direito”, ele retratou a criminologia no Estado do Ceará em relação ao tempo e à população, a distribuição geográfica dos crimes, etc (OSHIMA, 2012).

Euclides da Cunha (1866 – 1909) foi o primeiro estudioso sobre criminologia a aplicar a Sociologia Criminal no Brasil. Cunha ainda comparou a teoria de Lombroso a uma topografia psíquica. Escrito do livro “Os Sertões” (1902), examinou as causas da denominada por ele “delinquência sertaneja”, que eram:

Vastas galerias de indivíduos que são índices ou sumários de um meio [...] como feixes de fatos, cada um com seu rótulo, sua rubrica inapagável e eterna [...]. Cada indivíduo é um resumo, um compêndio. E todos são reais e apanhados em flagrante. São cristalizações humanas obtidas por quatrocentos anos de labutar em meia-cultura (ARAÚJO JÚNIOR; LYRA, 1990, p. 94).

Euclides da Cunha ainda revelou que fatores naturais ou sociais retardam ou interrompem o desenvolvimento mental, criam à loucura do deserto, excitam a fraqueza irritável das gentes supersticiosas e incultas predispostas ao desafoço máximo das paixões (OSHIMA, 2012).

Nina Rodrigues (1862 – 1906), uma das receptoras da teoria lombrosiana no Brasil, sendo considerado por Oshima (2012), como sendo um apóstolo da Antropologia Criminal na América do Sul, criadora da teoria da criminalidade étnica defendia que na em uma mesma sociedade, poderiam ser encontradas raças em diferentes fases de evolução (moral e jurídica). Acreditava ainda, que a civilização era boa para os brancos e má para os negros. Acreditava que para o Brasil deveria ser criado quatro tipos de códigos penais, para que assim, pudesse atender às diversidades principalmente as de clima e raça.

Outro autor renomado que ajudou na entrada da Criminologia no Brasil foi Afrânio Peixoto (1876 – 1947). Crítico assíduo da concepção de Durkheim e Lacassagne, costumava dizer que “a sociedade tem os criminosos que merece; o meio social é o caldo de cultura da criminalidade; o micróbio é o criminoso que só tem importância quando encontra o caldo que o faz fermentar (ARAÚJO JÚNIOR; LYRA, 1990, p. 94).

Peixoto (1914) defendia ainda, que o código penal deveria ser reescrito de tempos em tempos. Já Porto-Carrero (1932), costumava dizer que a Pedagogia destruiria a Penologia. Segundo Araujo Junior e Lyra, ele costumava dizer que:

Determinar o destino a dar ao criminoso, de um ponto de vista humano, do verdadeiro ponto de vista do interesse social. O homem que delinuiu continua a ser homem, como qualquer de nós, que não estamos livres de um dia também cair nas malhas da lei (ARAÚJO JÚNIOR; LYRA, 1990, p. 94).

Luis Carpenter (1876 – 1957) foi o primeiro estudioso da criminologia a aplicar suas visões criminológicas ao Direito Militar. Escreveu os livros “O Velho Direito Penal Militar Clássico e as Ideias Modernas da Sociologia Criminal” (1952). Descreveu os segundo ele denominados crimes propriamente militares, as contravenções disciplinares e os chamados crimes impropriamente militares (entidades bifrontes, híbridas, da cintura para cima crime comum, da cintura para baixo crime militar).

Conforme Mendonça (2004), O presidente da Sociedade Brasileira de Criminologia foi Evaristo de Moraes (1871 – 1939). Mendonça (2004), relata que, sobre criminologia, Evaristo de Moraes escreveu os livros “Crianças Abandonadas e Crianças Criminosas” (1900); “Teoria Lombrosiana do Delinquente” (1902); “Ensaio de Patologia Social” (1921); “Criminalidade da Infância e da Adolescência” (1927); “Criminalidade Passional” (1933) e “Embriaguez e Alcoolismo”. Por fim, tem-se Joaquim Pimenta (1886 – 1963) que estudava o alcoolismo como fonte direta da criminalidade e as lutas das famílias e sua perseguição na sociedade sertaneja.

Considerações Finais

Como visto alhures, Brasil e Argentina, seguindo o modelo da América Latina, importaram modelos de pensamento europeu e norte americano, calcados no punitivismo e na filosofia positivista, ignorando a realidade local, o que resultou no aumento de conflitos e consequentemente novos delitos. Mesmo nos dias atuais, a ciência ainda sofre forte influência dos ensinamentos e ideias da Europa e Estados Unidos, na esteira do eurocentrismo.

Vê-se, portanto, que a criminologia como ciência com campo de atuação delimitado, estruturada e sistematizada é um fenômeno novo, com estreita ligação a outros ramos do conhecimento humano e que em tempos hodiernos sofre intensas mudanças, pois seu objeto tem cerne e abordagens em diversos aspectos e está distante de um consenso quanto a sua causa e efeito.

O crime assola desenfreadamente a população mundial e por isso seu estudo é tão relevante e destacado, trazendo consigo a marca do tempo e do lugar dos pesquisadores. As reações marginais ocorridas na América Latina, sofrem grosseiro retribucionismo e se apresentam como mecanismo de fuga, como atos incapazes de alcançar coerência discursiva, face à magnitude das contradições reais, nas quais se desenvolvem as condutas dos operadores reais dos órgãos do sistema penal.

O direito penal, ao longo da história, foi e continua sendo reeditado, com velhas lógicas jurídicas sendo diuturnamente atualizadas: a violência, a imprecisão e a excepcionalidade são todos aspectos iminentes de uma lógica interna do direito moderno. A obsessão por segurança norteia a tomada de decisões no aspecto legislativo, fomentando práticas dentro do âmbito penal que significam o desenvolvimento de políticas criminais guiadas por este ideal, convertendo a política criminal em política de segurança.

Neste contexto, a legislação dos países latino americanos, interiorizou as recomendações europeias e norte americanas para punir os crimes. Estes são alvo do sistema de justiça e devem ser contidos pelos operadores do direito, conforme lógica punitivista moderna. Esta roupagem não encontra limites, pois cada dia reclama uma maior amplitude, com mais agressividade.

Referências

ANITUA, G. I. **Histórias dos Pensamentos Criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan & Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

ARAÚJO JÚNIOR, J; LYRA, R. **Criminologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1990.

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à Sociologia do Direito Penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BEVILÁQUA, C. **Criminologia e direito**. Livraria Magalhães, 1896.

CARPENTER, M. **Juvenile delinquents, their condition and treatment**. Londres: W. & F. G. Cash, 5, Bishopsgate Street Without, 1852.

CASTRO, L. A. **Criminologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Revan & Instituto Carioca de Criminologia, 2005.

CODES, R.M.M. El positivismo argentino una mentalidad en tránsito en la Argentina del Centenario. In: **Quinto centenario**, Nº 14, 1988, pp. 193-228

CUNHA, E. da. **Os sertões**. 1902.

DEL OLMO, R. **A América Latina e sua Criminologia**. Rio de Janeiro: Revan & Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

ELBERT, C. A. **Criminologia Latino-americana**: teoria e propostas sobre o controle social do terceiro milênio. vol. 2. São Paulo: LTr, 2010.

GAROFALO, R. **Criminologia**. Studio sul delitto, sue cause e sui mezzi di repressione. Bocca fr., 1885.

GUERRERO, J.M.B. **América Latina en el Mundo**. Caracas, Venezuela : Editorial Arte , 1966.

INGENIEROS, J. La formación de una raza Argentina. **Revista de Filosofía**. Buenos Aires, I, 1951

LIMA, A. J. C. de B.; SILVA, N. R. L. A América Latina e sua criminologia: de seu surgimento “criminologia da libertação”. **Revista da ESMAL**, Maceió – AL, n. 1, p. 125-158, 2016. Disponível em: <revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/download/30/5>. Acesso em: 01 Out. 2017.

LOMBROSO, C. **L’Uomom delinquente**, 1876

MARTINS, F. A sustentação de um discurso crítico criminológico na Revista de Direito Penal e Criminologia (1971-1983). **Revista Direito e Práxis**, v. 5, n. 9, 2014.

MELOSSI, D. PAVARINI, M. **Cárcere e Fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan & Instituto Carioca de Criminologia, 2006.

MENDES, G F. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OSHIMA, T. C. dos S. **Evolução histórica das escolas criminológicas**. 2012. Disponível em: <<https://www.univem.edu.br/jornal/materia.php?id=342>>. Acesso em: 01 Out. 2017.

PEIXOTO, A. C. O positivismo e os projetos de reestruturação da Hispanoamérica em direção à modernidade. **Intellèctus**, v. 1, n. 1, 2002.

PEIXOTO, A. **Psico-patologia forense**. F. Alves, 1916.

PORTO-CARRERO, J. P. **Criminologia e Psychanalyse**. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1932.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

QUINTA, H. de C.; CIACCHI, A. **Argentina em fins do século XIX e início do século XX**: o campo intelectual na revista Criminologia Moderna e sua relação com o projeto positivista. V. 02, abr-ago., 2016, p. 57-57. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/234/93>> Acesso em 29 Set. 2018.

RODRIGUES, N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3. ed. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

WOLKMER, A. C. Pluralismo e Crítica do Constitucionalismo na América Latina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL ABDCONST, 9., 2011, Curitiba. Anais. Curitiba: ABDConst, 2011.

ZAFFARONI, E. R. **O inimigo no direito penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 25. (Coleção Pensamento Criminológico).

Recebido em: 28/07/2019

Aceito em: 01/10/2019

Como citar este artigo?

PAIVA, Jaqueline de Kassia Ribeiro; GONÇALVES, Lina Maria. A criminologia na América Latina. **(Re)pensando Direito**, Santo Ângelo/RS. v. 09. n. 18. jul./dez. 2019, p. 93-111. Disponível em: <http://local.cnecsan.edu.br/revista/index.php/direito/index>.